



Relatório da Administração Santa Casa de Mauá Saúde

CNPJ 08.225.953/0001-60

Exercício de 2020

Contexto Operacional:

A Santa Casa de Mauá Saúde é a denominação de uma Associação civil, para fins não econômicos, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro, constituída em assembleia geral em 12 de junho de 2006, Tem, por objetivo, a operação de planos privados de assistência à saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde, por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde.

Política de destinação de superávits:

O resultado positivo a ser aferido neste exercício e no decorrer dos próximos destinar-se-á à formação de ativos garantidores e margem de solvência, além de favorecer investimentos em programas de prevenção à saúde e em capacidade de atendimento.

Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na "performance" da entidade no resultado do exercício:

A operadora, apesar de constituída em 2006, finalizou seu registro junto à ANS em 2018, buscando a atuação, junto ao mercado, a partir de 2019, portanto, em 2020 a preocupação da entidade foi de se estruturar para firmar posição no mercado a partir de um sólido plano de negócios.

Por outro lado, o impacto da pandemia do novo coronavírus, o COVID 19, impactou o mercado de maneira totalmente inesperada. Neste operadora foram sentidos alguns impactos importantes, dos quais destacamos:

- a. Crescimento das vendas, impulsionada, Segundo análises internas, pela insegurança quanto ao Atendimento da rede pública, o que significou um avanço na quantidade de vidas administradas;
- b. Num primeiro momento, face à pandemia, uma redução da sinistralidade, motivada pela suspensão dos procedimentos eletivos e pela baixa procura por demais tipos de consulta e/ou procedimentos que não se caracterizariam como urgência e emergência;



- c. Após aos primeiros meses, entretanto, face a uma pequena redução nos casos de COVID19, percebeu-se uma elevação na sinistralidade, pela volta da procura por atendimentos de urgência e emergência, assim como pela retomada dos procedimentos eletivos.
- d. Foram percebidas, também, pela operadora, as dificuldades, financeiras e administrativas, enfrentadas pela rede credenciada em geral, motivada pela baixa procura e pelas restrições de funcionamento e de mobilidade impostas pelos órgãos governamentais.

Reorganizações societárias e/ou alterações no controle direto ou indireto:

No exercício de 2020 não aconteceram reorganizações societárias e/ou alterações no controle direto ou indireto desta operadora. Foi realizada, em Agosto de 2020, dentro do prazo legal, a Assembleia geral destinada à eleição da diretoria da Associação para o triênio 2020-2023, na qual foram reeleitos os diretores, conforme permitido por seu Estatuto Social.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes:

Os planos da administração para 2021 e exercícios seguintes são:

- a. dar continuidade ao processo de vendas, visando ampliar a participação da Associação no mercado da região em que opera;
- b. Implantar, previamente ao exigido, o Sistema de governança corporativo, seguindo as regras da RN 443.
- c. Processo de redução da Sinistralidade: Tendo em vista o constante aumento dos custos da assistência médica em nosso País e as diversas alterações e inclusões no Rol de Procedimentos imposto pela Agência Nacional de Saúde, a operadora atuará no sentido de reduzir/manter alinhada em menos de 70 pontos percentuais nível no qual se compreende atender os objetivos referentes às despesas assistenciais propostas pela operadora, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.
- d. Reestruturação e Redução de custos da Rede de Atendimento: Existe um trabalho permanente para manter com a rede credenciada a fim de, em comum acordo, serem encontradas soluções e resolutividade mais eficazes nos procedimentos, aumentando a relação de confiança da cadeia de atendimento operadora, serviços e usuários, eliminando com isso, eventuais desperdícios e reduzindo as despesas em, aproximadamente 15%. Há uma constante reestruturação da rede de prestadores de serviços credenciados a fim de distribuir melhor os serviços de atendimento, tendo em vista o processo de crescimento que implantado junto à área comercial e à Diretoria Executiva da Associação.
- e. Agregação de novos produtos: A agregação de novos produtos à Operadora é uma tendência positiva adotada pelo mercado dando condições de oxigenar o fluxo financeiro. Tratam-se de produtos que são operacionalizados por terceiros, deixando margens mais interessantes, sem gerar novos custos.



Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados ao Programa de Promoção e Prevenção à Saúde:

a. Auditoria Médica: Investimento.

Há uma contínua especialização da auditoria médica, com vistas a desenvolver condições estruturais para controle de autorizações de internação em nossos prestadores de serviços hospitalares a fim de controlar os custos de internações sem prejuízo da qualidade no atendimento assistencial.

b. Marketing: Investimento

Intensificar as atividades de Marketing, dentro das possibilidades financeiras da Associação, de forma a colocar em prática os objetivos traçados para a área comercial, além de fortalecer, institucionalmente, a Marca Santa Casa em nossa Região, produzindo anúncios, patrocínios, peças publicitárias, livretos, cartazes, banners e elaborando as transformações necessárias, no intuito de aumentar o número de beneficiários em nossa carteira.

c. Estrutura Comercial: Investimento

Com o objetivo de crescimento das vendas dos produtos da operadora, está sendo trabalhada e implantada uma plataforma comercial que permita a regionalização de vendas, juntamente com parceiros terceirizados na região do Grande ABC, visando alavancar o número de usuários em nossa microregião. Com esse objetivo em vista, foi reformulada a política de comissionamento para dar apoio a esse projeto.

Há também a reestruturação da área de atendimento corporativo às empresas clients, criando um conceito de fidelização do usuário ao Plano de Saúde com o objetivo de acompanhar, clinicamente, os usuários através de nossos Programas de Promoção a Saúde e Prevenção a doenças.

d. Programas de Promoção à Saúde e Prevenção a Doenças: Investimento

Dando continuidade ao objetivo traçado anteriormente, projeta-se um novo referencial de atendimento para os pacientes captados nos programas com a criação de um centro de atendimento de alta resolução para os pacientes, contendo consultórios de clínica médica especializada em Pronto atendimento. Esses pacientes devem ser mantidos em tratamento contínuo e com baixo custo ambulatorial.



Resumo dos acordos de acionistas

Tendo em vista esta operadora tratar-se de uma Associação civil, sem fins lucrativos, não há acordos de acionistas, em função de que os resultados da operação da Associação são revertidos diretamente aos objetivos da mesma, não havendo, portanto, distribuição de resultados sob nenhuma hipótese.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários, classificados na categoria, mantidos até o vencimento:

A Diretoria declara que há intenção de manter a capacidade financeira e todos os investimentos dentro do patamar exigido pela ANS, mantendo os títulos e valores mobiliários, caso os possua, até seus vencimentos.

Emissão de debêntures

Tendo em vista esta operadora tratar-se de uma Associação civil, sem fins lucrativos, não há possibilidade ou política de emissão de debêntures, em função de que os resultados da operação da Associação são revertidos diretamente aos objetivos da mesma, não havendo, portanto, distribuição de resultados sob nenhuma hipótese.

Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas, mencionando as modificações ocorridas durante o exercício

Tendo em vista esta operadora tratar-se de uma Associação civil, sem fins lucrativos, não há investimentos em sociedades coligadas ou controladas, em função de que os resultados da operação da Associação são revertidos diretamente aos objetivos da mesma, não havendo, portanto, distribuição de resultados sob nenhuma hipótese. Não há, portanto modificações dessa política ao longo do ano de 2020 e nem mesmo projeção de investimentos de natureza, face à natureza filantrópica de atuação da Associação.

Mauá, 19 de março de 2021

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente



SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE
Relatório dos Auditores Independentes
Demonstrações Contábeis
Exercício 2020.

Guarulhos, 27 de março de 2021.

Aos
Ilmos. Srs.
Sócios, Diretores e Administradores da
SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE
Mauá - SP

Ref. 020/RA/04-2020

Prezados Senhores:

Encaminhamos a V.Sas., nosso relatório de auditoria referente ao exame das Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Anexamos ainda, as seguintes demonstrações contábeis, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente;

Sidnei de Oliveira
Sócio – Responsável Técnico
CRC 1 SP 160.765/O-1

 **Audibras**
Audidores e Consultores
CRC 2 SP 023.722/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Aos

Ilmos. Srs.

Diretores e Administradores da

SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE

Mauá - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Eventos a Liquidar e Despesas de Comissões: Em 31 de dezembro de 2020 a Operadora apresenta no passivo saldo de R\$ 23 mil de eventos a liquidar. Verificamos a existência de pagamentos de eventos de competência de 2020, realizados em períodos subsequentes não provisionados no balanço. Ademais, as despesas de comissões vêm sendo registrados por regime de caixa. Não foi praticável mensurar os efeitos nas demonstrações contábeis, caso fosse adotado o regime de competência.

Ênfase

Adiantamentos a Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora apresenta registrado nas contas de “Bens e Títulos a Receber” – Nota Explicativa 9, classificada no grupo do Ativo Circulante e Não Circulante, o valor de R\$ 7.447 mil. Segundo a Operadora, referidos adiantamentos foram concedidos, em virtude da necessidade de sua principal rede credenciada (SCM), em obter capital de giro para fins exclusivos definidos em seu estatuto social e, em função de consequências oriundas da pandemia de coronavírus, com o objetivo de manter o funcionamento de seu principal prestador de serviços médico hospitalares (SCM). Foi firmado contrato de mútuo entre as partes, cujo contrato prevê a amortização em 30 parcelas mensais de R\$ 248 mil, com vencimento inicial em 30/06/2021, com juros de 0,8% ao mês mais variação do INPC/IBGE. A Realização desses créditos, segundo a Administração da Operadora, está garantida em função da (SCM) ser sua principal rede credenciada.

Partes Relacionadas: A Operadora firmou com (SCM - Hospital), contrato de prestação de serviços de gerenciamento, prestação de serviços técnicos e cessão de uso de marca, onde vem compartilhando pessoal; uso de imóveis, móveis e equipamentos; gastos com assessorias jurídicas e de consultoria; de serviços técnicos, gastos com funcionamento, entre outros. Referidos gastos totalizaram R\$ 4.484 mil no exercício de 2020, mediante a emissão de notas de débitos. Não foi praticável mensurar eventuais efeitos nas demonstrações contábeis, caso não houvesse esse compartilhamento de despesa com sua principal rede credenciada. Ativos Garantidores: Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora apresentou necessidade de complemento de ativos garantidores conforme demonstrado em nota explicativa nº18 na ordem de R\$ 337 mil. A Operadora, mediante projeção de crescimento da operação ao longo do exercício de 2021, espera reverter o quadro apresentado. Provisão para Contingências: A Entidade vem se defendendo de processos judiciais, cujos processos, ainda estão pendentes de decisão por parte do Poder Judiciário. A Entidade, bem como seus assessores jurídicos, entende que o montante da Provisão p/ Contingências em 31 de dezembro de 2020, conforme nota explicativa 14, o valor é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses processos, incluindo a manutenção de imunidade / isenção tributária da Operadora (sem fins lucrativos).

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Guarulhos, 27 de março de 2021.

Sidnei de Oliveira

Sócio – Responsável Técnico
CRC 1 SP 160.765/O-1





Santa Casa Mauá Saúde
QUADRO I - Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>NE</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		11.219.948	6.690.643
Disponível	5	449.923	3.863
Realizável		10.770.025	6.686.780
. Aplicações Financeiras	6	4.855.487	2.202.189
- Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		4.848.040	1.119.145
- Aplicações Livres		7.447	1.083.044
. Créditos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde	7	5.913.040	4.476.066
- Contraprestação Pecuniária a Receber		5.913.040	4.476.066
. Bens e Títulos a Receber	8	1.498	8.525
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.861.528	480.520
Realizável a Longo Prazo	9	7.447.492	-
. Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		7.447.492	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	10	414.036	480.520
. Imobilizado de Uso Próprio		414.036	480.520
- Não Hospitalares / Odontológicos		414.036	480.520
TOTAL ATIVO		19.081.476	7.171.163

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
Contador
CRC 1SP163642/O-5

Santa Casa Mauá Saúde
QUADRO I - Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>NE</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		7.949.171	3.965.455
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde	11	7.812.563	3.225.114
. Provisão de Contraprestações		2.627.356	2.243.520
- Provisão de Contraprestações Não Ganhas		2.627.356	2.243.520
. Prov. de Eventos a Liquidar para SUS		79.327	-
. Prov. de Eventos a Liquidar Outros Prestadores		23.414	19.313
. Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		5.082.466	962.281
Tributos e Contribuições a Recolher	12	108.653	23.516
- Tributos e Contribuições		108.653	23.516
Débitos Diversos	13	27.955	716.825
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		80.000	-
Provisões		80.000	-
- Provisões para Ações Judiciais	14	80.000	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	15	11.052.304	3.205.708
. Capital Social		2.500.000	2.500.000
. Superávits Acumulados		8.552.304	705.708
TOTAL PASSIVO		19.081.475	7.171.163

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
Contador
CRC 1SP163642/O-5

Santa Casa Mauá Saúde
QUADRO II - Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	NE	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Contraprestações Efetivas		59.799.842	11.320.950
. Receitas com Operações de Assistência à Saúde		59.799.842	11.320.950
. Contraprestações Líquidas		59.799.842	11.320.950
(-) Eventos Indenizáveis Líquidos		(43.105.466)	(9.436.704)
. Eventos Conhecidos ou Avisados		(38.985.281)	(8.474.423)
. Var. da Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(4.120.185)	(962.281)
(=) RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST.		16.694.376	1.884.246
(-) Outras Desp. Operac. com Planos de Assist. à Saúde		(773.790)	(110.037)
. Outras Desp. Operac. de Planos de Assist. à Saúde		(773.790)	(110.037)
(=) RESULTADO BRUTO		15.920.586	1.774.209
. (-) Despesas Comercialização		(2.756.490)	(334.601)
. (-) Despesas Administrativas		(5.604.505)	(204.807)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		7.559.591	1.234.801
. Resultado Financeiro		287.005	119.678
. Receita Financeira		287.653	119.707
. Despesa Financeira		(649)	(29)
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		7.846.596	1.354.479
(=) RESULTADO LÍQUIDO		7.846.596	1.354.479

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
 Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
 Contador
 CRC 1SP163642/O-5



Santa Casa Mauá Saúde
QUADRO III – Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro Líquido do Exercício	7.846.596	1.354.479
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	-	-
.		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	7.846.596	1.354.479

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
Contador
CRC 1SP163642/O-5



Santa Casa Mauá Saúde
QUADRO IV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

Descrição	Capital Social	Adiantamento p/ Aum. De Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Aval. Patrimonial	Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.500.000	-	-	-	-	-	(648.772)	851.228
Aumento de Capital	1.000.000	-	-	-	-	-	-	1.000.000
Superávit do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.354.480	1.354.480
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.500.000	-	-	-	-	-	705.708	3.205.708
Superávit do Exercício	-	-	-	-	-	-	7.846.596	7.846.596
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.500.000	-	-	-	-	-	8.552.304	11.052.304

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
Contador
CRC 1SP163642/O-5

Santa Casa Mauá Saúde
QUADRO V - Demonstração Dos Fluxos de Caixa - DFC
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	59.883.838	9.101.327
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	2.051.122	1.096.171
(-) Pagamentos a Prestadores de Serviço de Saúde	(50.547.792)	(8.440.869)
(-) Pagamentos de Comissões	(2.676.869)	(356.636)
(-) Pagamentos de Pessoal	(193.609)	-
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(244.084)	(68.878)
(-) Pagamentos de Tributos	(3.236)	-
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(13.516)	-
(-) Aplicações Financeiras	(4.640.352)	(2.142.300)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(3.161.581)	(186.011)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	453.921	(997.196)
Atividades de Investimento		
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(7.437)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(7.437)	-
Atividades de Financiamento		
(+) Integralização Capital em Dinheiro	-	1.000.000
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(424)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(424)	1.000.000
Varição Líquida do Caixa e dos Equivalentes de Caixa	446.060	2.804
Saldo Inicial do Caixa e dos Equivalentes de Caixa	3.863	1.059
Saldo Final do Caixa e dos Equivalentes de Caixa	449.923	3.863

Ativos Livres no Início do Período (*)

Ativos Livres no Final do Período (*)

Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
 Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
 Contador
 CRC 1SP163642/O-5

Santa Casa Mauá Saúde
Reconciliação - Demonstração Dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	7.846.596	1.354.480
Ajustes por:		
Depreciações	73.921	18.480
Varição da Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados	4.120.185	962.281
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG	383.835	2.243.520
PPSC Provisão para Perdas Sobre Créditos	216.055	-
Varição da Provisão p/ Contingência	80.000	-
Resultado do Período Ajustado	12.720.592	4.578.761
Varição dos Ativos Operacionais por Redução/(Aumento)	(11.746.744)	(5.637.425)
Contraprestação Pecuniária a Receber	(1.653.028)	(4.476.066)
Aplicações Financeiras	(2.652.873)	(1.152.833)
Bens e Títulos a Receber	6.649	(8.525)
Outros Créditos a Receber LP	(7.447.492)	-
Varição dos Passivos Operacionais por (Redução)/Aumento	(519.927)	61.469
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	79.327	-
Provisão de Eventos a Liquidar Rede Credenciada	4.101	19.313
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - CP	85.138	23.516
Débitos Diversos	(688.493)	18.480
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	453.921	(997.195)

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
Contador
CRC 1SP163642/O-5

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Mauá Saúde é uma empresa constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência Médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98.

A Santa Casa de Mauá Saúde está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 42119-7.

2. Principais atividades desenvolvidas

No cumprimento de suas atividades, a Santa Casa de Mauá Saúde assina em nome dos seus diretores, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018 e suas alterações posteriores consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2019, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 22 de março de 2021.

4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 5).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG", e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" (vide nota explicativa nº 6).

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa nº 9) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*).

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e suas alterações posteriores, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

h) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09.

Até 31/12/2020 os Tributos e Encargos Sociais a Recolher da Santa Casa de Mauá Saúde estiveram concentrados nas retenções de IR e CSRF sobre os serviços tomados de fornecedores e encargos sociais sobre a folha de pagamento.

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

i) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes (vide nota explicativa nº 15);

i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;

iii) Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

iv) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Até 31/12/2020 houve a constituição de Provisão para Ações Cíveis sobre os processos considerados como "Perdas Prováveis" pelos advogados conforme detalhado na nota 14.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes.

l) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

m) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

n) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

o) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa 435/2018 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. Disponível

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco Conta Movimento	449.923	3.863
	449.923	3.863

6. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações Garantidoras		
BANCOOB FI ANS RF CP	4.848.040	1.119.145
	4.848.040	1.119.145
Aplicações Livres		
Banco SICOOB – Integralização Capital	25	7.095
Banco SICOOB – Liquidez Imediata	7.422	1.075.949
	7.447	1.083.044
	4.855.487	2.202.189

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

7. Créditos de Operações com Planos de Saúde

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	5.406.379	3.899.012
(-) PPSC Individual Médico	(86.833)	-
	<u>5.319.546</u>	<u>3.899.012</u>
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	722.715	577.054
(-) PPSC Coletivo Médico	(129.222)	-
	<u>593.493</u>	<u>577.054</u>
	<u>5.913.039</u>	<u>4.476.066</u>

8. Bens e Títulos a Receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos a Fornecedores	1.498	8.525
	<u>1.498</u>	<u>8.525</u>

9. Realizável a Longo Prazo

Refe-se a saldo decorrente de Contrato de Mútuo realizado junto à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá, que é o principal credenciado do da Operadora. Referidos empréstimos, tem como motivação principal, as necessidades financeiras deste credenciado em virtude da pandemia gerada pela covid-19, que teve impacto relevante nas receitas do Hospital, considerando as orientações dos órgãos de saúde, que recomendaram a reorganização dos atendimentos e da grade de cirurgias eletivas e não-emergenciais, de modo a criar uma reserva de leitos hospitalares, inclusive de UTI, dentre outras atividades, para atendimento dos afetados pelo vírus.

Referido montante, foi objeto de Realização de Contrato de Mútuo entre as partes, com prazo de amortização de 30 meses a partir de janeiro de 2021.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	7.447.492	-
	<u>7.447.492</u>	<u>-</u>

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em Reais - R\$)

10. Imobilizado

Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares/odontológicos

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2019	Movimentação		Saldos em 31/12/2020
			Custo	Depreciação	
Instalações	10	60.035	-	(6.157)	53.878
Máquinas e Equipamentos	10	54.626	-	(5.603)	49.023
Equipamentos de Processamento de Dados HW	5	228.198	1.600	(48.042)	181.757
Móveis e Utensílios	10	137.661	1.500	(14.119)	125.042
Total Imobilizado de Uso Próprio		480.520	3.100	(73.921)	409.700
Imobilizações em Curso		-	4.337	-	4.337
Total Imobilizado		480.520	7.437	(73.921)	414.037

11. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Provisões de contraprestações	2.627.356	2.243.520
Provisões de contraprestação não ganha - PCN	2.174.806	1.782.635
Provisões de contraprestação não ganha - PCN	452.549	460.886
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	79.327	-
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serv.	23.414	19.313
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	5.082.466	962.281
	7.812.562	3.225.115
Não Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	-
	-	-

Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, conforme RN 393/2015 e alterações vigentes, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa nº 393 de 09.12.2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações vigentes, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores, através da utilização de metodologia da ANS.

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INSS a recolher	11.551	-
FGTS a recolher	2.588	-
Retenções de Impostos e Contribuições	94.513	23.516
	108.653	23.516
Circulante	108.653	23.516
Não Circulante	-	-
	108.653	23.516

13. Débitos diversos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários a Pagar	16.278	-
Férias a Pagar	11.677	-
Fornecedores	-	18.640
Aluguéis a Pagar	-	490.048
Outros Débitos a Pagar	-	208.138
	27.955	716.826

14. Provisão para Ações Judiciais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para ações cíveis	80.000	-
	80.000	-

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

15. Patrimônio Social

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Social	2.500.000	2.500.000
Superávits (Déficits) acumulados	705.708	705.708
Superávits do Exercício	7.846.596	-
	<u>11.052.304</u>	<u>3.205.708</u>

Patrimônio social

O patrimônio social integralizado em 31 de dezembro de 2020 está representado por R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Resultado

Resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi positivo no valor de R\$ 7.846.596,16 (sete milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos).

16. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 59.799.841,91 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos) no exercício de 2020, correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

17. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 38.985.281,05 (trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais e cinco centavos) no exercício de 2020, correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

18. Garantias financeiras

Capital Base – CB

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no anexo I da RN nº 451/2020, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Patrimônio Social da Operadora, excede o valor do Capital Base – CB exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Margem de solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido. É uma reserva suplementar ao Patrimônio Líquido, que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários.

A Operadora optou pela adoção antecipada do CBR, conforme critérios estabelecidos pela RN 451/2020, cujo escalonamento da Margem de Solvência ficou "congelado", a partir de Mar/20, em 75%.

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

Em 31/12/2020 a margem de solvência para a Santa Casa de Mauá Saúde estava suficiente em R\$ 2.163.247 e foi computada de acordo com a referida RN 451 conforme representada a seguir:

	31/12/2020
Patrimônio Social encerrado	11.052.304
(+/-) Ajustes	-
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	11.052.304
Patrimônio mínimo (PMA) (Fator K) exigido	2.316.967
A - Contraprestações Líquidas - Soma dos últimos	59.793.716
B - Eventos Indenizáveis Líquidos - Média Anual	18.172.079
Valor I - 20% x A	11.958.743
Valor II - 33% x B	5.996.786
Margem de Solvência total (exigida em 2022)	11.958.743
Proporcionalidade da Margem de Solvência 75%	75,00%
Margem de Solvência parcial (2020)	8.969.057
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	-
Margem de Solvência exigida (2020)	8.969.057
Suficiência de Margem de Solvência	2.083.247

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos garantidores estavam demonstrados conforme abaixo:

	31/12/2020
APLICAÇÕES GARANTIDORAS TOTAIS	4.848.040
(-) PASSIVOS EXIGÍVEIS DE APLICAÇÕES GARANTIDORAS	
PEONA Provisão p/ Eventos Ocorridos e não avisados	5.082.466
Ressarcimento ao SUS Débitos Pendentes	1.482
Ressarcimento ao SUS (ABI x %hc)	77.845
x Percentual de Adimplência	0,00%
Rede Credenciada - Saldo Total	23.414
Soma dos Passivos Exigíveis	5.185.207
INSUFICIÊNCIA	(337.168)

Em janeiro e março de 2021, fizemos a recomposição dos Ativos Garantidores, com realização de novos depósitos em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, integralmente vinculados à ANS.

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

19. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

20. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito: Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez: Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros: Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em Reais - R\$)

de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional: Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra estruturada Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

e) A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
Contador
CRC 1SP163642/O-5